



## CERTIFICADO Nº 1562 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

O Superintendente de Projetos Prioritários, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/RAS, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A.

CNPJ/CPF : 08.689.024/0001-01

Empreendimento : VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A.

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Avenida Olinto Meireles número/km 65 Industria Bairro Barreiro Cep 30640-010 Belo Horizonte - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Belo Horizonte (LAT) -19.9758, (LONG) -44.0115

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 3

Processo Administrativo Licenciamento : 1562/2022

### Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
B-06-02-5	Serviço galvanotécnico	Área útil	0,54	ha

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 8 ano(s) e 9 mes(es) e 8 dia(s), com vencimento em 27/06/2031.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Belo Horizonte, 19/09/2022.

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO RIBAS, Superintendente, em 19/09/2022 14:02 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.



CERTIFICADO Nº 1562 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Condicionantes

Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II. Prazo: Durante a vigência da licença.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável**

**Superintendência de Projetos Prioritários - Diretoria de  
Apoio Administrativo**

Ofício SEMAD/SUPPRI APOIO ADM nº. 181/2022

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2022.

À

Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A

**A/C: Leonardo Maldonado**

Gerente de Meio Ambiente

Mina Pau Branco - Rodovia BR 040, Km 562,5

35.460-000 - Brumadinho/MG

**Assunto: Encaminha Certificado Nº 1562 Licenciamento Ambiental  
Simplificado - Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A - Processo  
Administrativo nº: 1562/2022.**

*Referência:* [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0016855/2022-15].

Prezado Senhor,

Comunicamos que o pedido de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), denominado LAS/RAS, referente ao Processo Administrativo SLA nº 1562/2022, para ampliação do empreendimento Vallourec Tubos do Brasil Ltda., inscrito no CNPJ sob o nº 08.689.024/0001-01, localizado no município de Belo Horizonte/MG, para a atividade Serviço galvanotécnico - Área útil: 0,54 ha, fator locacional resultante 0, enquadrada na DN COPAM nº 217, de 2017, sob o código B-06-02-5, classe 3, foi deferido pelo Superintendente de Projetos Prioritários (Suppri) no dia 19 de setembro de 2022.

Dessa forma, encaminhamos o Certificado nº 1562 Licenciamento Ambiental Simplificado 53317817, bem como o Parecer Técnico SEMAD/SUPPRI/DAT nº. 7/2022(53055977) (53056095), para conhecimento, acompanhamento e cumprimento das condicionantes.

Na oportunidade, informamos que o ato referente à publicação da concessão da Licença Ambiental Simplificada foi realizada no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais - DOMG-e., Caderno 1 - Diário do Executivo, fls. 6, no dia 21 de setembro de 2022 (53318256), para ciência.

Sendo o que havia para o momento, registramos nossos votos de estima e apreço, e nos colocamos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

**Andresa Cássia Gusmão Santos**  
Diretora de Apoio Administrativo  
Superintendência de Projetos Prioritários

---



Documento assinado eletronicamente por **Andresa Cassia Gusmao Santos, Diretora**, em 21/09/2022, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **53317896** e o código CRC **BCB5EBFC**.

---

---

**Referência:** Processo nº 1370.01.0016855/2022-15

SEI nº 53317896

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta na Sindicância Administrativa Disciplinar instaurado pela Portaria CORREGEDORIA/SAUSE/SAD Nº 037/2015, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 4 de novembro de 2015, bem como no Parecer nº 331/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, ARQUIVA a presente sindicância instaurada em face de TEODOMIRO CHARLES SANTOS - MASP 1.124.639-4, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3, lotado no Centro Socioeducativo Nossa Senhora Aparecida, em Montes Claros/MG, à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do sindicado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 414/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de outubro de 2020, bem como no Parecer 387/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, aplica a penalidade REPREENSAO ao processado THIAGO GONÇALVES DA SILVA - MASP: 1.354.474-7, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, lotado no Presídio de Uberlândia I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso I, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos VI e IX, c/c art. 245, caput, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Vinícius Emmanuel Fonseca Oliveira OAB/MG 202.509. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019 e c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020, considerando o pedido de reconsideração apresentado por RICARDO RAGONESIO, MASP 1.156.870-6, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/USCI-SEAP/PAD Nº 046/2019, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 5 de julho de 2022, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 493/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_GAB/2022. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Gabriel Valadares Silva Lima Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/USCI-SEAP/PAD Nº 068/2018, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 12 de maio de 2018, bem como no Parecer nº 526/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de AGNALDO ALVES MOREIRA - MASP 1.208.649-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; WELLINGTON JÚNIOR NICOLAU - MASP 1.128.415-5, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; CLAUDENEI DOS SANTOS RODRIGUES - MASP 1.133.824-1, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; GABRIEL ALMEIDAROSA - MASP 1.380.564-3, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; GILBERTO FERNANDES MIGUEL - MASP 1.276.521-0, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; CLAUDEMIR EUFRÁSIO - MASP 1.133.821-7, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; SÍDNEI APARECIDO ROSA - MASP 1.127.276-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; ELEIVR LÚCIO CARDOSO - MASP 1.258.312-6, desligado do contrato temporário de trabalho para o cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; WILLKEY JÚNIOR DA SILVA - MASP 1.134.825-7, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; EVERALDO PEREIRA SANTOS - MASP 1.285.745-4, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; UIL ROBERT FONSECA SILVA - MASP 1.134.760-6, desligado do contrato temporário de trabalho para o cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; RICARDO MIGUEL DE SOUZA - MASP 1.134.624-4, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; todos lotados na Penitenciária Deputado Expedito de Faria Tavares, em Patrocínio à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/USCI-SEAP/PAD Nº 082/2018, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 13 de junho de 2018, bem como no Parecer nº 518/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de MOISES LOPES DE OLIVEIRA - MASP 1.080.090-2, Agente de Segurança Penitenciário, nomeado para cargo em comissão DAD-5, admissão 2, lotado no Presídio de Jaboticatubas/MG à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Luiz Antônio L. O. Miguel OAB/MG 184.456. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 240/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 6 de junho de 2020, bem como no Parecer 487/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, aplica a penalidade REPREENSAO aos processados EDIVAN PEREIRA DOS SANTOS - MASP: 1.154.574-6, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 4, e JULIO CESAR DE AZEVEDO - MASP 1.444.797-3, ocupante do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, lotados no Centro Socioeducativo de Pirapora/MG à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso

I, por inobservância dos deveres previstos no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, caput, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados e defensor dativo Washington Souza Santos - MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria CORREGEDORIA/SEAP/PAD Nº 194/2016, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 29 de setembro de 2016, bem como no Parecer nº 431/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de DIÓGENES PEREIRA DA SILVA JÚNIOR - MASP 1.223.110-6, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado na Penitenciária Professor Aluizio Ignácio de Oliveira à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PDS Nº 064/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 20 de junho de 2020, bem como no Parecer nº 488/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, ARQUIVA os autos do presente processo instaurado em face de WILLIAN FERREIRA AUGUSTO - MASP 1.274.087-4, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; lotado no Presídio de Ouro Preto/MG à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do defensor dativo Washington Souza Santos - MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PDS Nº 063/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 20 de junho de 2020, bem como no Parecer nº 482/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, ARQUIVA os autos do presente processo instaurado em face de RAFAEL OCELE BARRETO - MASP 1.316.421-5, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; lotado no Presídio de Ouro Preto/MG à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Gabriel Valadares S. L. Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 271/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 30 de junho de 2020, bem como no Parecer 521/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 10 (dez) dias aos processados DANIEL ISRAEL DE OLIVEIRA FERREIRA - MASP 1.386.554-8, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; FRANCISCO DE ASSIS DA CUNHA - MASP 1.452.858-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; REGINALDO DE JESUS OLIVEIRA - MASP 1.448.705-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; todos lotados no Presídio de Andrelândia/MG à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservarem os deveres previstos no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados e do(a) advogado(a) Francney de Almeida Silva OAB/MG 192.816. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 291/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 16 de julho de 2020, bem como no Parecer nº 553/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2022, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de JASMINON DA SILVA SOUZA - MASP 1.081.532-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, lotado no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - CERESP de Contagem/MG à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Fábio Henrique Corrêa OAB/MG 137.619. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 086/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 15 de abril de 2021, bem como no Parecer 554/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 20 (vinte) dias ao processado ABADIO ASSIS OSORIO - MASP 1.258.250-8, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; lotado no Presídio de Uberlândia I/MG à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do(a) advogado(a) Victor Bruno Alves J. G. Rodrigues OAB/MG 157.255. Conforme art. 55, da 272/Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 337/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 9 de setembro de 2021, bem como no Parecer 556/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 5 (cinco) dias ao processado SOLON ANDRADE BARROS - MASP 1.389.484-5, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; lotado no Centro de Remanejamento Provisório de Belo Horizonte I/MG à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do(a) advogado(a) Gabriel Valadares S. L. Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da 272/Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 015/2019, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 21 de setembro de 2019, bem como no Parecer nº 557/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de JOÃO BATISTA FERREIRA - MASP 1.079.613-4, Agente de Segurança Penitenciário nomeado para cargo em comissão DAD-5, admissão 3, lotado na Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho, em Ipaba/MG à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do(a) advogado(a) Natália da Silva Dagostino OAB/MG 188.343. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 154/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 20 de maio de 2021, bem como no Parecer nº 560/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD\_PROC/2022, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de RAMON FIGUEIRA DE LIMA - MASP 1.095.758-7, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, lotado no Presídio de Ribeirão das Neves I/MG à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do(a) advogado(a) Gabriel Fernando H. Silva OAB/MG 129.962. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o pedido de reconsideração apresentado por ADRIANO DE SOUZA SILVA - MASP 1.192.581-5, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 074/2021, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 20 de agosto de 2022, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 549/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_GAB/2022. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o pedido de reconsideração apresentado por CAMILA SILVA OLIVEIRA - MASP 1.452.889-7, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 522/2020, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 27 de maio de 2022, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 559/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_GAB/2022. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da recorrente acima qualificada e do advogado Elias Mateus Evangelista Dornelas OAB/MG 161.071. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 19 de setembro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 322/2002, Douglas Queiroz da Silva, conforme PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 322/2020, publicada no Minas Gerais de 24 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na rua Capitão Antônio Francisco de Moraes – s/n – Carmo do Paranaíba/MG, nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, telefone (34) 99829-4399, e-mail: comissao10risp@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos conforme Portaria Inaugural, durante o exercício das atividades laborativas na Penitenciária Deputado Expedito de Faria Tavares, condutas estas que, se comprovadas, remetem ao descumprimento dos deveres previstos nos artigos 216, incisos V e VI, 217, incisos IV e X, 245, caput e parágrafo único, 246, inciso I e III, e 250, inciso II e VI, todos da Lei 869/1952, estando sujeitos a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou VI do referido diploma legal, sob pena de REVELIA: DENIS RODRIGUES DA SILVA - MASP 1.452.845-9 – PROCESSADO NO PAD nº 322/2020.

Carmo do Paranaíba, 16 de setembro de 2022.

Douglas Queiroz da Silva

Masp 1.378.233-9

Presidente de Comissão

16 1690450 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE

A Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente-CRVPi, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – Criada pela RESOLUÇÃO SEJUSP nº107, de 03 de maio de 2020, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução SEPLAG 37, CONVOCA e CITA durante 08 (oito) dias consecutivos, os processados abaixo relacionados: Geraldo Lúcio Firmo dos Santos, MASP 1172184-2; Kleber Fernandes Alves, MASP 1248755-9; Isaac Jardim Ornelas, MASP 1131877-1; Jacqueline Magna Nogueira, MASP 1244570-6; Marcelo Costa Campos, MASP 1174038-8; Maira de Azevedo Moraes, MASP 1218419-8; Elielson Raimundo da Silva, MASP 1156715-3; Edson Anastácio Pacheco, MASP 1173935-6; Marco Aurélio Dutra Correia, MASP 1247103-3; Marcelo Batista de Assis, MASP 1195679-4; Rodrigo Junio Martins, MASP 1249672-5; Rafael Lara Mazoni Andrade, MASP 753060-3; Wellington Carvalho de Jesus, MASP 1078130-0; Ângelo Antônio Pinto, MASP 1250622-6; Sílvio Leandro Pinto, MASP 1195524-2; Cassia Maria Barbosa, MASP 0379019-3; Marcia de Jesus Rosa, MASP 0281121-4; Gladys Helena do Nascimento Coelho e Souza, MASP 0374306-9; Flavia de Paula Duque Brasil, MASP 0260882-6; Celina de Fatima Teixeira de Oliveira, MASP 0373758-2; Lenice Alves Faria MASP 0827009-2; Sandra Mara de Araujo Pereira MASP 0262195-1; Lilian Regina Gomes Guerra Lemos MASP 0386968-2. No prazo de 10 dias a contar da data da 8ª publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, os processados deverão manifestar-se pessoalmente ou por meio de procurador perante a CRVPi, no horário de 10:30 às 17:00 horas, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, edifício Minas 5º andar, Av Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, afim de tomar conhecimento de seu Processo Administrativo, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuído que caracterizam em tese, recebimento de valores pagos indevidamente, estando sujeito a penalidades legais previstas no art. 46 do Decreto 46.668/2014, sob pena de revelia.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira

Presidente da Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

09 1687190 - 1

ATO Nº 600/2022 - RETIFICA PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE.

Retifica na Resolução SEJUSP Nº 549, de 13 de julho de 2022, publicada em 15 de julho de 2022, que dispõe sobre Promoção por Escolaridade Adicional, concedida ao servidor Thiago Borges de Oliveira - MASP: 1442540/9,a parte referente ao posicionamento na carreira, em observância ao princípio de irredutibilidade de vencimentos, conforme Princípio Constitucional presente no art. 37º, XV da CF. Onde se lê: “II-A” - Leia-se: “II-B”.

Belo Horizonte, 19 de Setembro de 2022.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

20 1691396 - 1

## Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

## Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

1) Licenciamento Ambiental/Concomitante (LACI) - Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC): \*Suma Brasil - Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A. - Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte - ASPP e Canalização e/ou retificação de curso d'água - Santa Luzia/MG, PA/Nº 3464/2022 - Classe 4. \*\*\*Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA/Nº 1370.01.0036528/2022-16.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

20 1691733 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificada na Modalidade LAS/RAS abaixo identificada:

1) Clayton Garcia Ferreira/ Fazendas Aliada IV, Gleba do Cotovelo e Cristo Rei - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Brasilândia de Minas/ MG. Processo: 3461/2022.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

20 1691479 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licenciamento Ambiental Simplificado – Relatório Ambiental Simplificado (LAS-RAS): \*Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. – Serviço galvanotécnico- Belo Horizonte/MG - PA/Nº 1562/2022 – Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 27/06/2031.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários

19 1691200 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

\*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Recapagem Castelo Ltda., recauchutagem de pneumáticos, Sete Lagoas/MG, Processo nº 3450/2022, classe 3.

(a) Daniel dos Santos Gonçalves - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Companhia de Cimento Campeão e Alvorada (CCA), lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Matozinhos/MG, PT nº 31294/2015, Processo SEI/ Nº 1370.01.0032826/2020-66. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 19/09/2022.

(a) Daniel dos Santos Gonçalves - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

20 1691553 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

1) Licenciamento Ambiental Simplificado - Relatório Ambiental Simplificado (LAS-RAS): \*Acelormittal Brasil S.A. - PDE Peito de Aço (Mina do Andrade) - Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - Bela Vista de Minas/MG - PA/Nº 3459/2022 - Classe 2.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

20 1691372 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320220921000053016.

Public